COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.320, DE 2002.
(MENSAGEM Nº 308/2001)

Aprova o ato que autoriza a Associação comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orândia a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orândia, Estado de São Paulo.

Autora: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relator: Deputado ROBSON TUMA

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que o aprova o ato a que se refere a Portaria nº 737, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orândia a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orândia, Estado de São Paulo.

O ato normativo, emanado do Poder Executivo, foi apreciado, primeiramente, no mérito, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou parecer favorável, apresentando o Projeto de Decreto Legislativo em epígrafe.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 32, III, a, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e Redação se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da nossa Lei Maior.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 109 do Regimento Interno.

O Projeto ora em exame não contraria preceito ou princípio da Constituição em vigor, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

A técnica legislativa e a redação empregadas são adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Quanto à juridicidade do Projeto, há que se observar o advento da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que alterou o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 10 de fevereiro de 1998, aumentando o prazo de vigência da outorga.

Assim dispõe o art. 1º da Lei nº 10.597, *verbis*:

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 6º.....
Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se*

cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes." (NR)

Desse modo, o prazo de 3 (três) anos, previsto na Portaria nº 737, de 12 de dezembro de 2000, objeto do presente Projeto de Decreto Legislativo e que autoriza a outorgada a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orlandia – SP, passa a ser de 10 (dez) anos, por força da legislação superveniente.

Observe-se que o prazo da outorga começa a correr a partir da apreciação e aprovação do ato pelo Congresso Nacional. Enquanto não apreciado o ato em questão, a autorização concedida, em caráter provisório, pelo Poder Executivo, vigorará até que a outorga venha a ser apreciada, definitivamente, pelo Congresso Nacional, conforme reza o parágrafo único do art. 19 da Medida Provisória 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, *verbis*:

"Art. 19. O art. 2º da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição, aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e demais disposições legais.

Parágrafo único. Autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição, sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional." (NR)

Ante o exposto, faz-se necessário a adaptação do Projeto ora sob exame à legislação atualmente em vigor, pelo que nosso voto é no sentido da constitucionalidade, boa técnica legislativa e juridicidade, na forma do substitutivo anexo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.320/2002.

Sala das Comissões, em de março de 2004.

Deputado ROBSON TUMA
Relator

**SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 2320, DE 2002**

Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orândia a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orândia, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É aprovado o ato constante da Portaria nº 737, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orândia a executar, pelo prazo estabelecido no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 10 de fevereiro de 1998, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orândia, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em de março de 2004.

Deputado ROBSON TUMA
Relator